

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ADILSON JOSÉ ROSA PEREIRA  
RU: 1717344**

**CODEPENDÊNCIA – UMA NOVA DEMANDA PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL  
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NO  
BRASIL**

**TAUBATÉ – SÃO PAULO  
2022**

**ADILSON JOSÉ ROSA PEREIRA**

**CODEPENDÊNCIA – UMA NOVA DEMANDA PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL  
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Esp. Maria Andrea Dias.

**TAUBATÉ – SÃO PAULO**

**2022**

**ADILSON JOSÉ ROSA PEREIRA - 1717344**

**CODEPENDÊNCIA – UMA NOVA DEMANDA PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL  
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor 1 (Titulação e nome completo)  
Instituição 1

---

Professor 2 (Titulação e nome completo)  
Instituição 2

---

Professor 3 (Titulação e nome completo)  
Instituição 3 (Orientador)

Dedico o presente trabalho de conclusão de curso a minha mãe, que tendo origem humilde, semi-analfabeta e ex-trabalhadora rural, deu-me todo apoio e suporte possível para conquistar o nível superior de ensino. Mãe gratidão, gratidão e gratidão, não há outra palavra que descreva meus sentimentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos Orixás, que sempre iluminaram minha mente durante estes anos enquanto acadêmico e sei que continuarão a fazê-lo sempre.

Agradeço a minha mãe Eliana R. Morgado, por nunca ter descreditado de mim e de minha capacidade.

Agradeço a minha família e amigos/as por todo apoio e “puxão de orelhas”, sempre me lembrando dos meus objetivos.

Agradeço a minha tutora do pólo, Rosemeire Vieira Pinto, cujo apoio e suporte fora essencial para a conclusão deste curso, e, agradeço todo o amparo e todos os ensinamentos passados por minha supervisora de campo, Lucimara Regina Hilário.

Meu agradecimento especial a minha amada e sempre eterna mãe de santo, mãe Tane, cujo brilho irradia dos céus e me guia.

[...] além da responsabilidade ética, é necessário o constante aperfeiçoamento intelectual do assistente social, o que possibilita compreender a realidade de forma crítica e as dimensões da questão social [...].

(BARROCO & TERRA, 2012, p. 130)

## RESUMO

A codependência é uma temática pouco conhecida dentro do universo da Assistência Social, por estar mais associada ao campo da Psicologia, mas tanto no Brasil como no mundo, vem demonstrando emergente crescimento e tornando-se demanda para todas as áreas do conhecimento, incluindo-se o Serviço Social. Apresentando-se como um desdobramento da questão social, torna-se uma nova e desafiadora demanda para o/a assistente social nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Brasil. O objetivo geral do trabalho é analisar como o aprimoramento do conhecimento interdisciplinar pode contribuir para a atuação do/a assistente social frente a codependência nos Centros de Referência da Assistência Social. Para melhor apreensão e compreensão do tema, apresenta-se no decorrer do trabalho: a trajetória do Serviço Social, seus marcos históricos, conceitos e definições da codependência, o aprofundamento da temática e sua correlação com a interdisciplinaridade, com a profissão e com a Assistência Social. A metodologia utilizada a fim de alcançar os objetivos deste trabalho, foram baseadas na Teoria Crítica Marxista e seu método crítico-dialético. A coleta de dados fora baseada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental. Portanto, este trabalho propõe-se, em elucidar a importância do conhecimento e do trabalho interdisciplinar para a categoria profissional em Serviço Social, a fim de contribuir para uma atuação propositiva e efetiva frente a esta nova demanda: a codependência.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Codependência. Interdisciplinaridade. Assistência Social.

## **ABSTRACT**

Codependency is a little-known theme within the universe of Social Assistance, for being more associated with the field of Psychology, but both in Brazil and in the world, has been showing emerging growth and becoming a demand for all areas of knowledge, including Social Service. Presenting itself as an unfolding of the social question, becomes a new and challenging demand for the social worker in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Brazil. The general objective of the work is to analyze how the improvement of interdisciplinary knowledge can contribute to the performance of the social worker in the face of codependency in the Social Assistance Reference Centers. For a better apprehension and understanding of the topic, appears in the discourse of work: the trajectory of Social Work, its historical landmarks, concepts and definitions of codependency, the deepening of the theme and its correlation with interdisciplinarity, with the profession and with Social Assistance. The methodology used in order to achieve the objectives of this work, were based on the Marxist Critical Theory and its critical-dialectical method. Data collection was based on bibliographic research and documental research. Therefore, this work proposes to elucidate the importance of knowledge and interdisciplinary work for the professional category in Social Work, in order to contribute to a proactive and effective action in the face of this new demand: codependency.

**Key-words:** Social Work. Codependency. Interdisciplinarity. Social Assistance.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABASS</b>	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
<b>ABESS</b>	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
<b>APA</b>	Associação Americana de Psiquiatria
<b>CE</b>	Código de Ética
<b>CE/86</b>	Código de Ética de 1986
<b>CE/93</b>	Código de Ética de 1993
<b>CEAS</b>	Centros de Estudos e Ação Social
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CLPS</b>	Consolidação das Leis de Previdência Social
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CRASS</b>	Conselho Regional de Assistentes Sociais
<b>DSM</b>	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
<b>FUNRAL</b>	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
<b>INAMPS</b>	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>JEC</b>	Juventude Estudantil Católica
<b>JOC</b>	Juventude Operária Católica
<b>JUC</b>	Juventude Universitária Católica
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência Social
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>NOB/SUAS</b>	Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral à Família
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>SCFV</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>SEMUDES</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
2.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PRÉ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	14
2.2	O CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.....	17
2.3	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	19
<b>3</b>	<b>NOVOS ESTUDOS E PESQUISAS ACERCA DO TEMA CODEPENDÊNCIA, A FIM DE CRIAR SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA UMA PRÁTICA MAIS EFETIVA E PROPOSITIVA.....</b>	<b>26</b>
3.1	COMPREENDENDO A CODEPENDÊNCIA .....	26
3.2	SUBTIPOS DA CODEPENDÊNCIA .....	29
3.3	CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO CODEPENDENTE .....	32
<b>4</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR PARA A CATEGORIA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>35</b>
4.1	BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E SEUS NORTEADORES .....	35
4.2	A INTERDISCIPLINARIDADE .....	38
4.3	O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS .....	40
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, se apresenta com base em estudos/leituras acerca do tema codependência e nas observações presenciais durante o decorrer do processo de estágio supervisionado no CRAS “Umberto Passarelli” - Núcleo Santa Tereza, localizado no município de Taubaté/SP. O CRAS “Umberto Passarelli” - Núcleo Santa Tereza, foi implementado pela Prefeitura Municipal de Taubaté em maio de 2014, no bairro Santa Tereza em Taubaté. Visa atender às famílias dos bairros adjacentes: Santa Tereza e Granja Bela Vista. O CRAS é um equipamento social que busca trabalhar a família para promoção, prevenção e garantia de sua cidadania. É um espaço destinado à assistência, orientação e acompanhamento às famílias carentes e desenvolve serviços socioeducativos. Tem a finalidade de proteger a população em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo as relações e os laços familiares para o convívio em comunidade.

O CRAS sendo a porta de entrada da Assistência Social recebe e acolhe as mais variadas demandas e expressões da questão social. A partir do adequado conhecimento do território e da demanda exposta, promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas, para a possível resolução da demanda. Também dessa maneira, o CRAS possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social. Durante o processo de estágio supervisionado de campo, observou-se no grande fluxo de usuários/as, uma característica em comum, o desdobramento da questão social: a codependência. A codependência, segundo MELO (2012), dá-se pela dualidade de comportamento, onde o indivíduo controla e é controlado, objetivando o cuidado utópico sobre o outro, esquecendo-se do autocuidado e de si próprio.

Este tipo de relação se desenvolve incentivando a dependência, através das tentativas hábeis do codependente em controlar sempre mais a vida do outro, chegando ao ponto de se responsabilizar pelos deveres e decisões do outro. A partir da percepção dessa relação doentia, os estudiosos observaram e detectaram uma nova dependência: a codependência, passando esta também a ser observada nas pessoas que conviviam com portadores de problemas compulsivos, como desvios sexuais, dentre outras compulsões. (MELO, 2012, p. 31).

Ressalta-se neste ponto, que a codependência não possui uma única definição e ressignificação, conforme nos aponta LANCER (2019, p. 32):

Hoje em dia, não há consenso sobre a definição de codependência. Ela não foi reconhecida pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) para inclusão no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), revisado periodicamente para atualizar a descrição de critérios que definem as psicopatologias.

Conforme a autora nos elucida, a codependência não foi caracterizada como doença e/ou transtornos mental. Outra contribuição acerca do assunto, vem da autora BEATTIE (*apud* SUBBY & FRIEL, 2021, p.59), “a codependência é uma doença? Alguns especialistas dizem que não; dizem que é uma reação normal em pessoas anormais”. A temática demonstra-se subjetiva e ainda não há consenso sobre a real definição da codependência. Em posse desses conceitos, faço a correlação entre a expressão da questão social: a codependência e os/as usuários/as atendidos/as nos Centros de Referência da Assistencial Social (CRAS). O problema abordado na presente monografia é como o aprimoramento do conhecimento interdisciplinar pode contribuir para a atuação do/a assistente social frente a codependência nos Centros de Referência da Assistência Social?

O seu objetivo geral é analisar como o aprimoramento do conhecimento interdisciplinar pode contribuir para a atuação do/a assistente social frente a codependência nos Centros de Referência da Assistência Social. E seus objetivos específicos são: Contextualizar a história da Política Pública de Assistência Social no Brasil, instigar novos estudos e pesquisas acerca do tema codependência, a fim de criar subsídios teóricos para uma prática mais efetiva e propositiva e demonstrar a importância do conhecimento interdisciplinar para a categoria profissional em Serviço Social.

Este Trabalho de Conclusão de Curso justificasse pela prática e teoria adquiridas durante o processo de estágio supervisionado no CRAS, bem como com base em estudos/leituras realizados acerca da temática codependência.

A codependência ainda é pouco conhecida dentro do campo da Assistência Social, pois é uma temática tratada mais pela área do conhecimento da Psicologia. Porém, conforme exposto na problematização é uma demanda crescendo dia após dia, desafiando o/a profissional assistente social a aprofundar-se no tema e a intervir nessa expressão da questão social.

É diante as novas demandas emergentes que vislumbramos a exímia necessidade do aprimoramento intelectual na profissão, bem como profissionais proativos e propositivos, norteados pelo que é exposto no Código de Ética da

profissão: aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Em posse desses subsídios teóricos e práticos, justifico a necessidade deste Trabalho de Conclusão de Curso para a academia e para a sociedade, bem como sua efetiva pesquisa acerca do tema: Codependência – Uma nova demanda para o/a assistente social nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Brasil.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na fase de Investigação baseou-se na teoria social da Teoria Crítica Marxista e seu método crítico-dialético, que conforme MEDEIROS & SVIERCOSKI (2020, p. 66-67):

O método crítico-dialético procura uma perspectiva relacional entre sujeito e objeto; desse modo, esse método traz uma proposta inovadora e diferente daquela apresentada pelo positivismo (estuda uma parte da realidade) e pelo idealismo (acredita que a consciência produz realidade). No método crítico-dialético os fenômenos são estudados com base na ideia da totalidade para ser relevado o processo contraditório e complexo no qual se constitui o objeto, sempre tendo perspectiva o contexto em que este está inserido.

A abordagem deste Trabalho de Conclusão de Curso se dará de forma qualitativa, que segundo MINAYO (2007, p. 21-22 *apud* MEDEIROS & SVIERCOSKI, 2020, p. 146):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Apresentamos como procedimentos para coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Onde “a pesquisa documental coleta dados diretamente de documentos, tais como: documentos institucionais, ou de revistas, jornais e vídeos, etc.” (MEDEIROS; SVIERCOSKI, 2020, p. 176). Já a pesquisa bibliográfica coleta dados em todos meios e fontes escritos. A técnica para coleta de dados são a revisão e a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros técnicos, *sites*, monografias, artigos científicos, revistas *online* e *sites de busca*, com foco no objetivo geral e nos objetivos específicos.

De acordo com MEDEIROS & SVIERCOSKI (2020, p. 172) “A pesquisa bibliográfica constitui uma ação permanente, desde a revisão teórica realizada na pesquisa até a análise de dados. Ela fundamenta o texto e aponta outras análises realizadas, as quais vão embasar o conteúdo proposto”. Este Trabalho de

Conclusão de Curso traz dentre outras colaborações autores/as como: Melody Beattie, Darlene Lancer, Eduardo de Souza Paulo de Melo, Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra, dentre outros/as. As palavras chaves utilizadas nos *sites de busca* foram: Codependência, serviço Social e Codependência, CRAS e codependência.

Após a coleta de dados, a análise de dados dar-se-á pela análise de conteúdo, de acordo com MEDEIROS & SVIERCOSKI (2020, p. 207):

Tratada como método de investigação, a análise de conteúdo e seus procedimentos auxiliam o pesquisador a processar os dados científicos coletados. É uma ferramenta, um guia prático para ação, que pode ser adaptada às mais variadas possibilidades daquilo que o pesquisador entender como importante. Tratando de comunicação, a análise de conteúdo é sempre adaptável e com possibilidades de aplicação em vários campos. “A pesquisa bibliográfica constitui uma ação permanente, desde a revisão teórica realizada na pesquisa até a análise dos dados. Ela fundamenta o texto e a ponta outras análises realizadas, as quais vão embasar o conteúdo proposto”.

Por fim, a linha de pesquisa Formação Profissional, Trabalho e Identidade Profissional irá nortear a discussão apresentada neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para tanto, principia-se, no Capítulo 1, a contextualização da história da política pública da Assistência Social no Brasil, elucidando-se os marcos históricos e seus desdobramentos até a atualidade.

No Capítulo 2, tratar-se-á de novos estudos e pesquisas acerca do tema codependência, a fim de criar subsídios teóricos para uma prática mais efetiva e propositiva. Entre outros, o que é codependência, conceitos, tipos e características da codependência.

No Capítulo 3, apresentar-se-á a importância do conhecimento interdisciplinar para a categoria profissional em Serviço Social, com foco no conhecimento interdisciplinar: psicologia e Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social.

Portanto, o presente trabalho visa criar novos subsídios e embasamentos teóricos a respeito da Codependência, partindo-se da premissa do conhecimento interdisciplinar entre a Psicologia e o Serviço Social, a fim de gerar novas práticas frente a demanda emergente da codependência nos Centros de Referência da Assistência Social no Brasil.

## 2 A HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Apresenta-se neste capítulo a contextualização da trajetória histórica da política pública de Assistência Social no Brasil, considerando dois momentos fundamentais: a pré e a pós Constituição Federal de 1988. A Assistência Social no Brasil fora marcada em seus primórdios pela filantropia, caridade e ações de cunho controlador e reformulador. Fora por meio de muitas lutas, mobilizações, enfrentamentos e embates, por parte da categoria profissional e da classe trabalhadora, que a assistência social foi ganhando espaço e perdendo seu viés caritativo e de benesse. Muitos marcos históricos permearam a política de Assistência Social, necessário foram-se inúmeras formulações e reformulações, para que se chegasse a uma política dita “ideal”. Portanto, é retornando aos primórdios da Assistência Social e vislumbrando seu desenvolver que pode se compreender a política pública de Assistência Social dos dias atuais.

### 2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PRÉ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Para melhor apreensão da trajetória histórica da política pública de Assistência Social, deve-se partir dos primórdios da mesma, onde fora marcada pela filantropia, assistencialismo e caridade. Nesta direção, vemos em OLIVEIRA (2005, p. 25) que:

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre.

O assistencialismo perdurou e ainda se faz presente atualmente, após vários anos desde o surgimento da política de Assistência Social, demonstrando a emergente necessidade do rompimento com tais características históricas da profissão. De acordo com MEDEIROS (2020, s/p):

O assistencialismo realizava-se por meio de ações pontuais, fragmentadas, descontínuas e em desacordo das demais políticas e do conjunto das necessidades dos usuários. Isso porque reafirmava a exclusão social do indivíduo, o mínimo social não garantia a sobrevivência, promovia a

reprodução de uma cultura subalterna e via o clientelismo como um instrumento de troca, barganha, fundada no favor e na benesse.

A Assistência Social neste período teve grande caráter regulador, controlador e suas respostas às demandas, eram designadas de acordo com interesses religiosos e políticos. Mesmo após sua aceitação como política de governo, manteve internamente estas características, conforme MEDEIROS (2020, s/p):

O surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, as bases ideológicas do Serviço Social estavam relacionadas com os interesses da classe trabalhadora e suas necessidades. Mas também com os interesses das classes dominantes, de cunho moral e religioso, onde a doutrina social era direcionada ao trabalhador e sua família, num contexto que visava uma perspectiva de ajuste e enquadramento social.

Fora na chamada Era Vargas que a política de Assistência Social no Brasil começou a ser implantada pelo governo e receber alguma atenção por parte do mesmo. As políticas sociais começam a desenvolver-se de maneira mais ágil, porém não suficiente, como vemos em SILVA, *et al.* (2019, p. 18):

No Brasil as políticas sociais amadurecem a partir da década de 1930, na então conhecida Era Vargas, momento onde o país passava por um momento de crescimento tanto industrial e econômico como político e social, entretanto todo esse crescimento fez aumentar também as expressões da questão social [...].

Com o crescimento das pressões por parte do proletariado em busca de respostas as suas demandas e necessidades, surgem neste período o agravamento das expressões da questão social. “A Questão Social até a década de 1930 era vista como caso de polícia, o que pode ser compreendido na definição de ‘cidadania regulada’”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 18). Ou seja, mesmo com forte pressão por parte da sociedade por políticas sociais, o governo Vargas fora marcado por seu caráter excludente e regulador. De acordo com SILVA *et al.* (2019, p. 18):

Dessa forma, só eram considerados cidadãos aquelas pessoas que tinham algum tipo de profissão ou ocupação, e seus direitos eram restritos ao lugar que se ocupava no processo produtivo. Aqueles que não tinham emprego e nem profissão e não se enquadravam no processo produtivo eram tachados como vadios.

E é durante este Governo repleto de contradições, avanços e retrocessos, que a Questão Social é reconhecida e ganha espaço na política. Segundo SILVA, *et al.* (2019, p. 18) “Após a década de 1930 passou a ser caso de política, o governo de Getúlio Vargas passa a trabalhar com essa questão que até então era renegada

pelo Estado”. É a partir desse momento histórico e um ganho por parte da sociedade, que inicia se as políticas públicas no Brasil, voltadas ao proletariado, que tanto esforçou-se colocando-se em embates a fim de obter essa conquista para o Brasil como um todo.

Outro marco histórico durante a Era Vargas, foi a fundação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em 1932. Conforme nos elucidada OLIVEIRA & CHAVES (2017, p. 146-147):

Posteriormente, em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para a formação técnica especializada, a partir do qual surgiu a primeira Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo, em 1936, vinculada inicialmente à Ação Social, com formação baseada na doutrina social da Igreja Católica. Nesse contexto, destacam-se movimentos como, por exemplo: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro, e em 1940, a terceira no Recife.

Durante este Governo, o Brasil passava por profundas reformas políticas e tensões internas. Conforme já narrado o governo Vargas enfrentava a forte pressão por parte dos trabalhadores, que almejavam respostas concretas as suas necessidades. E como não havendo alternativas, o Governo teve de implantar estratégias para suprir as demandas do proletariado o que tornou este momento um marco para a classe trabalhadora.

Segundo SILVA *et al.* (2019, p. 19). “O período que transcendeu os anos de 1930 a 1954 foram de grande importância para a ampliação da proteção social dos trabalhadores, momento esse em que acontece no país o início de um período de Estado de Bem-estar Social [...]”. Durante este período houve grandes ganhos por parte dos trabalhadores, por meio de suas manifestações e lutas diárias. Como demonstra a autora BATTINI (2016, p. 158):

Significativa foi a regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943; a criação de ministérios, caixas de aposentadoria e pensões; o Conselho Nacional de Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência e o sistema 5 S. O Estado assume a proteção aos desvalidos e à maternidade e à infância.

Foram conquistas de um valor indescritível para a sociedade, que somente deu-se devido fortes pressões advinda da mesma. Responsabilizar o Estado sobre as demandas e expressões da questão social, demonstra como a sociedade em movimento uniforme pode intervir nas políticas, mesmo considerando as contradições de classes. Conforme elucidado, outro marco histórico na trajetória da

Assistência Social no Brasil, foi a criação da Legião Brasileira de Assistência Social, onde SILVA *et al.* (2019, p. 19), demonstra que:

Em 1938 foi criado a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) que tinha como objetivo auxiliar o Estado em assuntos referentes à Assistência Social sendo esta a primeira forma de intervenção concreta do estado brasileiro institucionalmente organizada.

A criação da Legião Brasileira de Assistência Social, apesar de representar um grande avanço para o Serviço Social, por outro lado, demonstrou-se possuir um forte caráter conservador e submisso ao poder político à época, focalizando sua intervenção de acordo com interesses políticos.

Logo,

em 1940 a primeira-dama Darcy Vargas assume a LBA em meio a Segunda Guerra Mundial, de maneira à da assistência aos pobres e as famílias dos soldados, essa assistência era voltadas para a prestação auxílios emergenciais". (SILVA, *et al.* 2019, p. 19).

Vale ressaltar que as ações ainda tinham caráter pontual, caritativo e filantrópico, voltados quase que exclusivamente para as famílias dos soldados que foram para a Guerra. Com a criação da Legião Brasileira de Assistência Social em 1938, os assistentes sociais ganharam espaço de atuação, assim ampliando seus horizontes de intervenção. Antes facultada somente para pequenas áreas de atuação na esfera privada, conforme BATTINI (2016, p. 159) aponta:

Inicialmente a atuação se efetivava no espaço privado como as Santas Casas, em "obras" materno-infantis, centros paroquiais comunitários, empresas, SENAI, SESC. Com a criação da LBA, deu-se a inserção do Serviço Social na esfera do Estado, em departamentos públicos, com ênfase na área da saúde e da educação.

Portanto, entende-se que fora diante este contexto de disputas de poder, movimentos em massas, greves, contradições e entraves entre proletariado, burguesia e Estado, e, com os "pequenos" avanços e ganhos por parte da sociedade que surgem as bases para a criação e início das políticas sociais no Brasil.

## **2.2 O CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL**

Para melhor apreensão sobre a contextualização da história da política pública de Assistência Social no Brasil, deve-se resgatar os marcos históricos do

desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Portanto, este capítulo tratar-se-á de apresentar os mesmos, partindo de meados dos anos 1948.

Entre todos os marcos históricos que ocorreram durante este Governo, não podemos deixar de citar a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, que de acordo com BATTINI (2016, p. 160):

Em 1948 criava-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, lócus de discussões sobre a formação profissional, por intermédio das convenções nacionais. Neste mesmo período, capitaneando a representação e a organização da categoria profissional é criada a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABASS, com os respectivos conselhos regionais – CRASS. Amplia-se a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Ressalta-se que mesmo com os avanços da categoria profissional dos assistentes sociais na época, a atuação era extremamente limitada e objetivava os interesses ou religiosos ou políticos, dentro do contexto histórico apresentado.

De acordo com OLIVEIRA & CHAVES (2017, p. 147):

A perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada. Restringe-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social

Avançando-se a história, o próximo período marcante para a política de Assistência Social foram os anos de 1950, onde o proletariado organizou-se e fortaleceu-se a fim de pressionar o governo e assegurar seus direitos sociais e trabalhistas. Desta maneira:

A década de 1950 foi marcada por fortes turbulências tanto econômicas, quanto políticas e sociais, o país se encontrava mais urbanizado, os movimentos populares e operários se mantinham mais sólidos e organizados e com uma lista extensa de reivindicações, a burguesia brasileira se encontrava fragilizada, foi um período marcado pela intensificação das lutas de classes. (SILVA, *et al.* 2019, p. 19).

Fora um período de muitos embates e lutas entre proletariado, burguesia e governo. Mas “Em seguida ocorreu o Golpe Militar em 1964 que durou até 1985, vinte anos de uma ditadura que impulsionou uma modernização conservadora no país [...]”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 19). Com o Golpe Militar, a classe trabalhadora e o país entraram em outro cenário, um total e assustador retrocesso das políticas sociais, da liberdade e da comunicação, conforme SILVA *et al.* (2019, p. 20):

Dessa forma no período compreendido pela ditadura militar houve a privação de liberdade democrática manifestada em ações de censura, prisão e tortura para aqueles que tinham opinião contrária ao regime, estes buscaram sua adesão e legitimidade na expansão e modernização das políticas sociais [...].

Em meio ao caos instaurado pela Ditadura, “[...] em 1966 estes unificaram e centralizaram a previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) [...]”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 20). Que pode ser observado por dois polos opostos: primeiro, como uma conquista para a classe trabalhadora, pois a criação do INPS, era direcionado unicamente para os indivíduos empregados. Segundo, não assegurava direitos a quem não fosse contribuinte e não havendo formas de contribuir além do emprego formal.

Outras demandas foram supridas pelo INPS, segundo SILVA *et al.* (2019, p. 20), “[...] em 1967 incorporou os acidentes de trabalho, ampliou a previdência aos trabalhadores rurais através do Funrural, e intercorreu no enquadramento das empregadas domésticas em 1971, dos jogadores de futebol em 1972 e dos autônomos em 1973”. Demonstrando que mesmo diante a Ditadura, houveram avanços nas políticas sociais no Brasil, mas evidencia-se que estes avanços não foram todos benéficos a sociedade. Conforme visto, o caráter controlador, opressor e arbitrário do Governo Vargas, durante a Ditadura.

### **2.3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A Trajetória histórica da Assistência Social no Brasil perpassa por muitos altos e baixos, conflitos de classes, jogos políticos e religiosos a fim de obtenção de poder sobre a sociedade brasileira. A Assistência Social advinda da época, tem forte caráter de benevolência, filantropia, caridade e favoritismo político/religioso. O cenário começa a mutar-se com as organizações de classes, em especial a dos trabalhadores que organizados e por meio de manifestações começaram a adquirir ganhos neste contexto histórico.

Segundo DANTAS (2016, p. 108):

Como visto, todo esse período que antecede a década de 1980 é caracterizado fundamentalmente por práticas paliativas, de caráter tutelador e assistencialista. Em contrapartida, as organizações e movimentos sociais durante o processo constituinte foram fundamentais para embate contra as

traculências do autoritarismo e repressão sofridos pelos trabalhadores de forma geral. Diante dessa conjuntura, acarretam em construções de postulações normativas para garantia de direitos sociais, dentre as quais a Assistência Social.

Paralelamente às lutas de classe, em 1986 foi reformulado o Código de Ética do Serviço Social, este advindo de suas versões anteriores e sempre considerando a realidade apresentada dentro do contexto sócio-histórico á época. O grande diferencial deste novo modelo do Código de Ética foi sua marca histórica com o rompimento do conservadorismo e a luta intransigente pela liberdade. Dessa forma, o Código de Ética de 1986 (CE/86) “é o documento normativo que marca a afirmação da liberdade, a superação do tradicionalismo e a negação da perspectiva ética conservadora”. (SILVA, 2015, p. 3). Onde futuramente, seria subsídio para a classe reivindicar melhorias e participar ativamente na formulação da Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar neste momento, que antes da Constituição Federal, poucos tinham acesso aos direitos, ditos “garantidos” pelas políticas sociais.

De acordo com SILVA *et al.* (2019, p. 27):

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 só tinha o direito de acessar a política quem fazia parte do mercado formal de trabalho, com a inserção da assistência social, passa a existir a possibilidade das classes menos favorecidas terem acesso aos direitos garantidos independentes de estarem no mercado formal.

Conforme a citação, com a Constituição Federal de 1988, o direito ao acesso as políticas públicas passou a ser uma possibilidade a todo povo brasileiro, não tendo condicionalidades e obrigatoriedades como era antes da mesma, tornando as políticas públicas mais amplas e inclusivas. E é neste cenário, onde “Ressalta-se que os direitos adquiridos pela Constituição de 88 se deram em um cenário de disputa de projetos com interesses antagônicos”. (SANTOS, 2018, p. 5). Que é promulgada a Constituição Federal de 1988, e é somente após a mesma que realmente a política de Assistência Social começa a ter um viés de política pública com maior abrangência, e como norte a garantia de direitos e a cidadania.

Assim como nos elucida SILVA *et al.* (2019, p. 27):

A Constituição Federal de 1988 possibilitou trazer uma nova concepção para a Assistência Social no país, a partir daí posicionou-se como uma política de seguridade social. Ao compor o tripé da seguridade social, houve a possibilidade de indivíduos da classe pauperizada passasse a ter seus direitos sociais garantidos.

Com a instituição da nova Constituição Federal de 1988, juntamente com a renovação do Código de Ética do Serviço social em 1986, que a atuação dos profissionais de Serviço Social, tomaram novos rumos, bem como a política em si, conforme BATTINI (2016, p. 164), vemos que:

Neste contexto, o Serviço Social afirma-se vinculado a defesa da garantia e consolidação dos direitos, regulamenta competências e atribuições vinculadas à gestão social cotidiana dos direitos, na defesa da justiça e da equidade. Constrói um perfil profissional com necessária competência teórico-prática, comprometido com a concretização de valores éticos e humanistas.

Ressalta-se a enorme conquista que a Constituição Federal de 1988 trouxe para o Serviço Social e para os profissionais da área. Pois deu abertura para o mesmo renovar-se e reafirmar-se, consolidando a política pública de Assistência Social, que luta para a garantia do acesso da sociedade aos seus direitos.

Também fora com a Constituição Federal de 1988, que “Juntamente com a Política de Saúde, e a Política da Previdência Social a Política de Assistência Social passou a formar o tripé da Seguridade Social”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 20). Onde ampliou-se a cobertura para assegurar e efetivar direitos a população, de acordo com BRASIL (1988, *apud* SILVA, *et al.* 2019, p. 20), em seu:

“Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. [...] I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais [...]”.

Conforme visto, a seguridade social eludica a responsabilidade do Poder Público e também da sociedade, não tornando a exclusiva de um ou outro, mas sim, complementando-se a fim de garantir o acesso aos direitos em Saúde, Previdência e Assistência Social. A seguridade social ainda prevê o direito como direito universal e devendo ser acessível a quem precisar, sem pré-julgamentos e exclusão.

Pode-se compreender que “a transição as décadas de 1980 para a década de 1990 apontou mudanças significativas nas esferas políticas, sociais e econômicas no Brasil, como o fim da ditadura militar, a conquista da democracia no âmbito político e a organização política dos trabalhadores”. (SILVA, 2015, p. 1-2). No que cabe a política de Assistência Social, obteve avanços consideráveis, “entretanto, somente em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência

Social (LOAS) que a assistência passa a ser regulamentada como política social pública [...]”. (SILVA, et al. 2019, p. 20). Considerando o ano citado, as ações do Serviço Social ainda tinham muitos resquícios do conservadorismo e da filantropia.

Com todas essas transformações acontecendo no Brasil, “foi implantado, na década de 1990, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, fruto de uma organização coletiva e de uma busca de maturidade que possibilita à profissão a formular respostas qualificadas frente à questão social”. (PIANA, 2009, p. 102). Com isso trazendo um leque de novas possibilidades para a categoria profissional e para a política pública da Assistência Social.

Neste mesmo ano houve grandes mudanças também na Seguridade Social, trazendo consigo grandes conquistas para a classe trabalhadora, conforme JARDIM (2013, s/p), elucida:

A Constituição Federal de 1988 reclamou a alteração da legislação ordinária. Dessa forma, em 1990, o SIMPAS, do qual faziam parte INPS e o INAMPS, foi extinto. A Previdência Social foi assumida, então, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), criado pela Lei nº 8.029, e o atendimento médico hospitalar passou a ser realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Lei nº 8.080. Por fim, a CLPS de 1984 foi revogada pela Lei nº 8.213 (1991), que dispôs sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e pela Lei nº 8.212 (1991), que instituiu o Plano de Custeio, vigentes até hoje.

Visando uniformidade e melhorias na área da Previdência e da Saúde, em 1990, fora criado o Instituto Nacional do Seguro Social e o Sistema Único de Saúde. Com a criação destes que trouxeram inúmeros avanços para a população, tentou-se eliminar atuações pontuais e desfocadas dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Outro grande marco histórico para a Assistência Social, ocorrera em 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Que de acordo com SILVA *et al.* (2019, p. 21), foi:

[...] em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que a assistência passa a ser regulamentada como política social pública, dando um passo à frente em direção à superação do caráter caritativo e fragmentado das ações que permearam sua trajetória no país.

Outro aspecto importante com a consolidação da LOAS foi que,

“A partir da LOAS a Assistência Social passa a ser compreendida como uma política de responsabilidade do estado, [...] que tem por objetivo a busca por uma sociedade igualitária e o combate à pobreza absoluta, e à exclusão social”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 21).

Ou seja, seguindo a linha da Constituição Federal de 1988, a LOAS volta a reafirmar a responsabilidade do Estado sobre a política pública de Assistência Social no Brasil.

Associadamente a criação do LOAS, em 1993, o Código de Ética do Serviço Social passa por uma nova reformulação, levando em consideração todas as mudanças e transformações sofridas pelo Brasil e pela sociedade. Com foco principalmente voltado a atuação dos profissionais de Serviço Social, BARROCO & TERRA (2012, *apud* SILVA, 2015, p. 3), demonstram que:

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional

Outro período importante para a Assistência Social, foram os anos 2000, onde houve grandes desmontes de políticas públicas, o Estado regredira frente as políticas sociais e começara a responsabilizar o 3º setor. Sobre este assunto, traz-se a colaboração da autora BARROCO (2010, p. 178, *apud* SILVA, *et al.* 2019, p. 27), que nos remete:

Na década de 1990, as consequências da lógica excludente e destrutiva do capitalismo, aprofundadas no processo de globalização neoliberal, são visíveis mundialmente e particularmente no Terceiro Mundo. Entre muitos aspectos, eliminam-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado em face da “questão social”; privatizam-se serviços públicos e empresas estatais, desmontam-se, gradualmente, as legislações de proteção social e do trabalho. O emprego e subemprego, o empobrecimento crescente das camadas médias, a precarização dos contratos de trabalho, a repressão aos movimentos sociais e às organizações de classe dos trabalhadores são algumas das consequências desse modelo político-econômico.

Avançando na trajetória da política pública de Assistência Social, ver-se-á que “Com o intuito de materializar o que propunha a LOAS, é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em setembro de 2004 [...]”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 21). Esta nova política visava regulamentar e efetivar os direitos e deveres descrito na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que, segundo BRASIL (2004, p. 11, *apud* SILVA, *et al.* 2019, p. 21):

“Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil”

Após a criação e a fim de sua efetivação, no ano seguinte á PNAS, "em 2005 a fim de se consolidar a política de Assistência Social como um direito do cidadão, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para que assim fosse materializado o que já era proposto na PNAS [...]". (SILVA, *et al.* 2019, p. 21). Tratando-se de unificar toda a Assistência Social do Brasil, tornando a aréa mais consistente e embasada nas respectivas legislações.

Ainda entre os anos de 2004 e 2005, ressalta-se a importância da criação da NOB-SUAS, que de acordo com BRASIL (2012, p. 13), nos remete:

As normativas que mais impactaram nos rumos da Política de Assistência Social consistem na edição da PNAS/2004 e na publicação da NOB SUAS/2005, aprovadas respectivamente pelas Resoluções CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 e nº 130, de 15 de julho de 2005, que criou o SUAS e o operacionalizou, inaugurando no país um novo modelo de organização da gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Fora uma conquista inédita para a Assistência Social no Brasil, pois reestruturou a Política Pública de Assistência Social, e uniformizou a atuação dos profissionais em todos os estados do Brasil. Segundo BRASIL (2012, p. 13):

A NOB-SUAS/2005 representou um marco fundamental na estruturação da Política Pública de Assistência Social, imprimindo um grande salto quantitativo na implantação de serviços socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como base critérios de partilha transparentes e objetivos, adequados à distribuição territorial das populações vulneráveis, com a alocação equitativa do cofinanciamento federal e a possibilidade de superação das distorções regionais históricas.

A trajetória histórica da Assistência Social, demonstra que sempre esteve na direção da busca permanente de aperfeiçoamento enquanto categoria profissional. Conforme SANTOS (2018, p. 9), "o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio e técnica do trabalho está repleto de contradições e faz parte da engrenagem que move o sistema capitalista e a reprodução do capital". Diferentemente do passado, hoje, a Assistência Social atual tanto na esfera pública quanto na privada, PIANA (2009, p. 85) demonstra que "O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada". Ao ser alocada na esfera pública e/ou privada, sofre grande pressão política por parte das classes dominantes e dos governos, "entretanto, por ser uma profissão

interventiva, ocupa espaço estratégico de resistência e luta na garantia e efetivação de direitos” (SANTOS, 2018, p. 9). Ou seja, é dentro da contraditória disputa de poder, que o assistente social está inserido, e de onde deve lutar para assegurar a garantia de direitos.

O profissional que atua na seguridade de Assistência Social jamais deve distanciar-se das lutas de classe e classe trabalhadora, pois “O Assistente Social trabalha diretamente no atendimento à classe trabalhadora e gerência as políticas sociais em uma sociabilidade burguesa”. (SANTOS, 2018, p. 9). O assistente social deve sempre ter seu planejamento e sua ação voltados á garantia de direitos, emancipação dos cidadãos e a efetivação da cidadania, como elucida PIANA (2009, p. 85):

“O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais”.

Os profissionais da Assistência Social devem acompanhar o contexto histórico ao qual estão inseridos e todas as transformações sociais ocorridas, tornando-se profissionais propositivos. Sobre este assunto, BATTINI (2016, p. 169) aponta que:

Sob o impacto das grandes transformações societárias que resultam em graves expressões da questão social, assistentes sociais buscam aprimorar competências teóricas e técnico-operativas centrando-se no deslindamento das relações sociais e no aprofundamento da particularidade da profissão e seu modo de inscrição na realidade social.

Atualmente as políticas sociais, estão em transformação, uma vez que novamente o Brasil passa por um período de desresponsabilização do Estado e enfraquecimento financeiro destinados as políticas públicas, conforme SILVA, *et al.* (2019, p. 28), elucida:

A política de Assistência Social tem sua gênese marcada pelo conservadorismo brasileiro, transformando-se em política pública somente após 1988. Contudo, nesse período neoliberal implanta diversos fatores que desaceleram as conquistas alcanças nessa política, associando-a a medidas paliativas, emergenciais e pulverizadas. Como consequência, experimenta-se a ampliação dos programas de transferência de renda como formas de proteção social, colocando os serviços da assistência social como complementares.

Vislumbra-se que a trajetória histórica da política pública de Assistência Social é extensa e cheia de contradições, impostas pelo contexto histórico de cada período, exigindo da mesma, novas formulações e reformulações. Trata-se de uma área propositiva e capaz de mutar-se conforme a realidade altera-se e funde-se aos novos contextos.

### **3 NOVOS ESTUDOS E PESQUISAS ACERCA DO TEMA CODEPENDÊNCIA, A FIM DE CRIAR SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA UMA PRÁTICA MAIS EFETIVA E PROPOSITIVA**

Este capítulo tem por objetivo instigar novos estudos e pesquisas acerca do tema: Codependência. Visa criar subsídios teóricos para uma prática mais efetiva e propositiva. O tema codependência ainda é pouco visto dentro do universo da Assistência Social, por muitas vezes, ser objeto de estudos somente da Psicologia. Este capítulo busca elucidar a codependência, apresentando definições, os tipos de codependência e as características do indivíduo codependente, a fim de ampliar os horizontes dos estudos/pesquisas do Serviço Social, considerando e relacionando a codependência, como sendo uma das expressões da questão social.

#### **3.1 COMPREENDENDO A CODEPENDÊNCIA**

A codependência até os dias atuais, ainda não adotou uma significação única e singular, tornando o termo amplo e subjetivo. Muitos autores concordam e outros discordam, quando trata se em definir o termo codependência e o indivíduo codependente. Outra problemática envolta da codependência é a falta de definição se a mesma, é ou não uma doença, um desvio de comportamento, uma mazela social entre outros. Uma possível abordagem para iniciar a compreensão do termo codependência é analisar o termo dependência, conforme BEATTIE (2021, p. 52), elucidada: “A definição de dependência química significa ser dependente (psicológica e/ou fisicamente) do álcool ou de outras drogas. Comer e jogar demais também podem constituir dependência. Mas o que é codependência? ”. Considerar a dependência como igual a codependência não abrange todas os desdobramentos da mesma, demonstrando-se ser inviável e insuficiente.

Para tanto a autora apresenta outra possível definição, “A definição óbvia seria: ser um parceiro na dependência. Essa definição está próxima à verdade, mas ainda não é clara. [...]”. (BEATTIE, 2021, p. 52). De acordo com a mesma, também sendo uma visão limitada frente a complexidade da demanda, exigindo ater-se a significações de outros autores, conforme ver-se-á. Em seu livro “Codependência Nunca Mais” a autora Melody Beattie (2021), apresenta definições de grandes autores acerca da codependência, fundamentais para a apreensão e compreensão da mesma. Conforme SUBBY & FRIEL (2021, *apud* BEATTIE, 2021, p. 53), apresenta:

Num artigo do livro *co-Dependency, An Emerging Issue [codependência: uma questão relevante]*, Robert Subby escreveu que codependência é: ‘Uma condição emocional, psicológica e comportamental que se desenvolve como resultado da exposição prolongada de um indivíduo a – e à prática de – um conjunto de regras opressivas que evitam a manifestação aberta de sentimentos e a discussão direta de problemas pessoais e interpessoais’.

Esta citação trazida por BEATTIE, interpreta a codependência como sendo um conjunto de fatores que um indivíduo desenvolve quando permanece em um ambiente hostil ao qual o inferioriza e não o permite expressar-se, corroborando para torna-se um indivíduo dependente do ambiente para sentir alguém. Outro especialista no assunto demonstra a codependência como um desvio de comportamento e/ou de caráter, dando margem a interpretação que o indivíduo resumiu-se a somente isto, conforme elucidado por BEATTIE (2021, p. 53):

Earnie Larsen, outro especialista em codependência e pioneiro neste campo, define-a como: ‘Aqueles comportamentos aprendidos e derrotistas ou defeitos de caráter que resultam numa capacidade reduzida de iniciar ou participar de relacionamento de afeto’

Outra definição possível é levar em consideração a criação do indivíduo, bem como seu núcleo familiar, frente as limitações impostas pela sociedade e pelo sistema, forçando-o a oprimir seu eu interior. Segundo LANCER (2019, p. 32), para:

John Friel e Linda D. Friel: ‘A codependência é... um padrão disfuncional de vida proveniente da família de origem e da cultura que leva ao desenvolvimento de uma identidade aprisionada. Os codependentes reagem exageradamente a eventos externos, enquanto ignoram sinais internos e sentimentos.’

Dentro da mesma perspectiva, para o autor “Charles Whitfield: ‘Os codependentes são alienados de seu self verdadeiro por conta de feridas que ocorreram durante a infância’” (LANCER, 2019, p. 32). Reforçando a ideia de que a

codependência desenvolve-se ainda na infância, tendo com origem os conflitos no núcleo familiar. O que também vêm de encontro com a definição de “Robert Subby: ‘A codependência resulta... de exposição prolongada a regras opressivas” (LANCER, 2019, p. 32). Opressão esta que pode estar intrinsecamente relacionada á família e/ou sociedade como um todo.

Há quem aborde a temática de forma sucinta e aparentemente mais simples, desconsiderando toda a complexidade da mesma. Conforme descreve “Earnie Larsen: ‘A codependência é ... uma capacidade reduzida de iniciar ou de participar de relacionamentos amorosos” (LANCER, 2019, p. 32). Expondo a codependência como sendo um simples déficit em amar e deixar amar-se.

Outra definição que não deve se menosprezar, vem por meio da colaboração do autor “John Bradshaw: ‘A codependência é ... um sintoma de abandono – a perda da própria realidade interna e uma adicção em uma realidade externa” (LANCER, 2019, p. 32). Sendo esta uma abordagem mais completa, levando em consideração os fatores interiores e exteriores, onde inicia-se no indivíduo afetando-lhe a si próprio, e findando-se por afetar o mesmo em todos os outros âmbitos. Seguindo a linha de possíveis definições para a codependência, em 1989 houve uma Conferência Nacional da área da Saúde Mental que abordou a temática na tentativa de significar a codependência.

De acordo com LANCER (2019, p. 32):

Em 1989, 22 líderes da área foram convocados para uma conferência nacional e elaboraram uma tentativa de definição de codependência: ‘Codependência é um padrão de dependência dolorosa de comportamentos compulsivos e aprovação dos outros, a fim de apreciar a si mesmo, encontrar segurança e identidade. A recuperação é possível.’

Nota-se a conotação de doença que estes líderes deram a codependência, principalmente quando se fala em recuperação. Mas mesmo com esta Conferência, não chegou se a um consenso sobre a codependência. Levando em consideração a perspectiva terapêutica, a codependência assume uma dimensão ainda mais ampla e abrangente. Segundo BEATTIE (2021, p. 54), demonstra que:

Há tantas definições de codependência quanto experiências que a representam. Em desespero (ou talvez iluminados), alguns terapeutas proclamaram: ‘Codependência é qualquer coisa e todo mundo é codependente’.

Retomando a codependência como uma possível doença, ressalta-se a falta de subsídios teóricos para tal afirmação, onde muitos autores/as lançaram-se na tentativa de ora interpretar a codependência como doença, ora como uma questão social. Sobre esta contradição, LANCER (2019, p. 32), apresenta que:

Hoje em dia, não há consenso sobre a definição de codependência. Ela não foi reconhecida pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) para inclusão no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) [...] que definem as psicopatologias.

Conforme visto, a codependência não fora reconhecida como doença, porém há quem defenda esta abordagem, gerando muitos embates e discussões. De acordo ainda com a autora LANCER (2019, p. 16), pode-se ver que:

A polêmica acerca da codependência se divide em dois campos – pró e contra. De um lado, estão profissionais de saúde mental que defendem que ela é uma doença difundida e tratável. De outro, está o grupo de seus detratores, que argumenta que ela é tão somente um fenômeno social ou cultural [...]

Diante tantas possíveis definições sobre a codependência que este Trabalho de Conclusão de Curso fora construído. Pois, ao analisar as colocações de tantos especialistas, chega-se à conclusão de que a codependência deve ser observada de maneira crítica pelo Serviço Social, considerando o indivíduo em todos seus aspectos, bem como a realidade apresentada e sua correlação com as expressões da questão social.

Considerando ambos os aspectos saúde mental e questão social, ZAMPIERI (2004, p. 63), elucida que

A expressão codependência tem sido alvo de controversas definições e ultimamente vem recebendo uma atenção sistematizada por ter-se admitido sua importância como paradigma norteador de tratamentos e intervenções sociais.

Reforçando e enaltecendo a importância da necessidade da intervenção tanto da Psicologia quanto do Serviço Social, frente esta nova demanda que se apresenta no cotidiano desses profissionais.

### **3.2 SUBTIPOS DA CODEPENDÊNCIA**

Conforme visto anteriormente, a codependência não fora desvelada até os dias atuais, aceitando inúmeras definições e amplos conceitos de acordo com a área

do conhecimento que debruça sobre a temática. Com o intuito de aprofundar-se no tema e a fim de melhor compreensão, este capítulo focará na obra Codependência – O transtorno e a intervenção em rede, da autora brasileira Maria Aparecida Junqueira Zampieri (2004), onde elucida a codependência e a classifica em seus subtipos. A definição de codependência para a autora significa, “a codependência pode manifestar-se no indivíduo como transtorno de personalidade ou como patologia da relação em um sistema” (ZAMPIERI, 2004, p. 134). Associando a codependência tanto com a área da Psicologia como a do Serviço Social e outras.

Sobre seus subtipos, a autora relata: “como patologia de um grupo, merecem destaque aqui alguns subtipos, ou situações” (ZAMPIERI, 2004, p. 134). As classificações, intitulados de subtipos de codependência, segundo ZAMPIERI (2004, p. 134), são:

Codependência inter-sistemas. Por princípio, toda forma de codependência ocorre intersistemas. Do micro ao macro formam-se sistemas sucessivos contidos em outros mais amplos. Quer na dimensão familiar [...] à família nuclear, à família ampliada – que na dimensão social [...].

A codependência inter-sistemas remete que a mesma desenvolve-se partindo do indivíduo para o ambiente, afetando-lhe nas mais diversas áreas da vida cotidiana.

O próximo subtipo trata da codependência conjugal, considerando a relação afetiva como possível canalizador da codependência, demonstrando que o codependente tem forte inclinação para a repetição de comportamentos, bem como busca padrões repetitivos em seus conjugês, como segue: “Codependência conjugal - Caracteriza-se por uma tendência à manutenção ou à repetição de composição de casal, com sujeitos que persistem no jogo dependente-codependente.” (ZAMPIERI, 2004, p. 134). Ainda que com características próximas aos já citados sutipos de codependência, a codependência familiar difere das demais, quando analisada pelo prisma de uma família controladora e antissocial.

Conforme ZAMPIERI (2004, p. 134), demonstra: “Codependência familiar - Típica em famílias rígidas e fechadas a trocas com os sistemas mais amplos [...]. Caracteriza-se por grande resistência às tarefas naturais transição e dificuldades de enfrentara mudanças”. O fato de a pressão familiar recair sobre o indivíduo, forçando a desenvolver-se num ambiente opressor, o torna codependente, uma vez que seu livre arbítrio é censurado pela família. Com grandes semelhanças, o próximo subtipo

analisado é a codependência grupal, que em definição sucinta, seria a relação em grupos, fora do grupo familiar.

De acordo com ZAMPIERI (2004, p. 135-136), a:

Codependência grupal [...] caracterizada por relações semelhantes às da codependência familiar, porém extrapolando mais nitidamente a família. O grupo tende a manter influências de pressão (input) sobre seus membros, que se mostram frágeis a mudanças (output), e dessa forma garantem o pertencimento e mantêm o grupo responsável por eles.

O subtipo seguinte é de imprescindível importância para o Serviço Social, uma vez que analisa a codependência sob a perspectiva social, onde o indivíduo apresenta dependência e codependência dos sistemas. ZAMPIERI (2004, p. 136) elucida que:

Codependência social: Talvez devesse dizer dependência socioinstitucional, porém pretendo reforçar aqui uma codependência intersistemas, observada em relações político-sociais, envolvendo subgrupos ditos dependentes nos quais, muitas vezes, investe-se para emancipação e contra-investe-se por receio da perda de poder.

Apresentando uma forte crítica ao sistema de poder, que reforça a relação codependente para manter o controle sobre o indivíduo e a sociedade. Ainda seguindo a linha de subtipos de codependência, encontra-se a codependência institucional:

Codependência institucional: Refiro-me a uma fatia grupal específica, realidade frequentemente encontrada na instituição e no meio empresarial em geral, caracterizada por relações complementares entre os dependentes (químicos, alcoólatras) e os colegas, além de fornecedores. (ZAMPIERI, 2004, p. 136)

Sobre a mesma, nota-se que a relação codependente no âmbito institucional, dá-se pelo entrosamento entre dependente e codependente, levando esta relação sob a perspectiva de controle e opressão para ambos. A codependência sexual, talvez seja um dos subtipos mais comum encontrado no cotidiano dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia, durante seus atendimentos particularizados. Este subtipo caracteriza-se pelo uso do artifício da relação sexual para subjugar o/a parceiro/a, ao qual não encontra alternativas para sua satisfação sexual e também não consegue encontrar uma maneira de sair desse relacionamento.

Codependência sexual: Encontrada em relações complementares que tendem a manter reféns parceiros que, mesmo não se encontrando felizes em seu estilo de relacionamentot sexual, não conseguem separar-se ou libertar o par para viver outro relacionamento mais saudável ou gratificante. (ZAMPIERI, 2004, p. 134)

A Autora ainda ressalta um subtipo de codependência com maior agravante para o indivíduo e para a sociedade, segundo ZAMPIERI (2004, p. 137), trata-se da:

Codependência sexual sociocultural e profilaxia. Refiro-me aos casos em que os parceiros, mesmo temendo contrair doenças sexualmente transmissíveis e/ou estando insatisfeitos com seu relacionamento sexual, fingem, omitem e/ou consentem em continuar se relacionando.

Seguindo a linha de raciocínio apresentado pela autora, pode-se compreender que nesse subtipo de codependência o indivíduo expõe-se ao risco da relação sexual sem preservativos, colocando sua vida e do/a outro/a em perigo, simplesmente a fim de manter o relacionamento, demonstrando o nível de codependência relativo ao outro/a.

Portanto, estas são as classificações e/ou subtipos de codependência elencados e discutidos na obra Codependência – O transtorno e a intervenção em rede, da autora Maria Aparecida Junqueira Zampieri (2004). Ressalta-se a suma importância de aprofundar-se nesta temática, pois a codependência apresenta aspectos extremamente complexos, necessitando de muitos estudos e pesquisas.

### **3.3 CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO CODEPENDENTE**

Prossegue-se nos estudos acerca da temática elencando possíveis características, comportamentos e aspectos que os indivíduos codependentes apresentam em comum. Para tal, deve-se rever que a codependência é desenvolvida levando em consideração inúmeros fatores e variáveis, podendo ser internos e externos, sobre isto LANCER (2019, p. 18), demonstra que:

Como a maior parte das coisas, a codependência varia em uma escala de mínima a grave. A gravidade da codependência varia de acordo com diversos fatores, como os seguintes: - Sua genética. - Sua cultura, incluindo suas crenças religiosas. - Sua dinâmica familiar. - Suas experiências traumáticas. - Seus modelos. - suas dependências ou uso de drogas. - Relacionamentos íntimos que você tenha ou tenha tido com adictos.

A codependência exige um olhar amplo sobre o indivíduo, devendo considerar o indivíduo em sua totalidade e o contexto ao qual está inserido. Ao analisar a citação descrita, afirmar-se novamente a possibilidade de intervenção da política de Assistência Social sob esta emergente demanda.

Indo de acordo com o discorrido até o presente momento, pode-se entender que o indivíduo codependente deixa o seu eu, para viver a vida do outro. Dentro deste contexto, vemos que: “Um codependente é uma pessoa incapaz de atuar com base no próprio self inato e, em vez disso, organiza o pensamento e o comportamento em torno de uma substância, de um processo ou de outra (s) pessoa (s)”. (LANCER, 2019, p. 33). Deixar seu eu de lado, é uma forte característica da codependência que se agrava, pois, o mesmo direciona totalmente sua vida para algo/alguém, esquecendo-se de si próprio. Para melhor compreensão, ressalta-se o que vem a ser processo, onde:

Um processo é uma atividade. Podem ser, por exemplo, apostas, sexo, compras ou trabalho. Embora essa definição inclua pessoas dependentes de substâncias e processos, a sobriedade ou a abstinência do processo podem ser obtidas antes de se enfrentar a codependência inerente. (LANCER, 2019, p. 33).

O processo é comumente associado ao vício, podendo este vício ser de inúmeras vertentes, e coloca o indivíduo como sendo dependente (do seu vício) e codependente (desejo de controlar outrem) ao mesmo tempo. Outra característica de suma importância e que exige um olhar crítico sobre a realidade do indivíduo, é:

Entre as características do copendente [...] encontra-se a procedência de família ‘problemática’, reprimida e não funcional; o exagerado ímpeto de agradar e a baixa auto-estima, tendendo a apresentar confusão na distinção satisfação/insatisfação [...]. (ZAMPIERI, 2004, p. 69).

Ou seja, muitas vezes o sujeito codependente vem de um núcleo familiar fragilizado e vulnerável, que repete padrões de violências, abandono e negligência sobre seus membros. Corroborando diretamente, para que o sujeito torne se um codependente quando adulto e um repetidor de padrões, que racionalmente submete-se aos outros, acreditando ser bom para sí. Ainda dentro do contexto familiar, “caracteriza-se por um jogo de comportamentos mal adaptativos e compulsivos, aprendidos na convivência familiar, a fim de sobreviver ao se encontrarem sob grande estresse ou intensa e prolongada dor”. (ZAMPIERI, 2004, p. 63). Logo, entende-se que o codependente frente a situações que remontam ao passado, tende a defender-se repetindo ações/comportamentos já vivenciados em seu núcleo familiar.

Para melhor apreensão das características do codependente, vislumbra-se a obra de ZAMPIERI (2004, p. 68), onde “poder-se-iam levantar características

sistêmicas mais amplas ou centradas no par, ou ainda mais centradas na pessoa”. Compreender esses elementos que compõe a codependência, que diferem e complementam-se ao mesmo tempo, demonstrando a complexidade do reconhecimento das características no codependente, é de exímia importância. Logo, segundo ZAMPIERI (2004, p. 68), “as características centradas na pessoa mais citadas foram: dificuldade de identificar uma auto-imagem; dificuldade de expressar ou de identificar sentimentos; senso de vitimização; grande ansiedade acerca de intimidade”. Baseado nessa descrição, reafirma-se que o indivíduo não se reconhece como sujeito digno de uma vida, de bons momentos, de felicidade, de dignidade, etc... Segue-se analisando o sujeito codependente, agora do ponto de vista em um relacionamento com outrem, onde:

As características centradas na relação com um par mais citadas foram: atração por pessoas explosivas; controle compulsivo de outrem em relacionamentos; necessidade de ajudar acompanhada de sofrimento (ou assumir compromissos abandonados por outrem); preocupação constante com uma pessoa dependente (ou relação disfuncional com alguém exageradamente dependente) (ou necessidade de ter um propósito nos relacionamentos), expressa como um pessimismo acerca do futuro (ZAMPIERI, 2004, p. 68).

Essas características levantadas pela autora, talvez sejam as mais notórias no cotidiano, tanto pessoal quanto profissional. O indivíduo segue padrões, sempre optando por pessoas em situações complexas na vida, onde acredita ser capaz de mudar a pessoa e torná-la aquela pessoa que idealizara, ou viver aquele romance utópico, e passar a perseguir estas idealizações de forma abusiva e compulsiva. Passando-se do relacionamento para o viver em sociedade, a autora ZAMPIERI (2004, p. 68), demonstra que:

Entre as características sistêmicas mais amplas, as mais citadas foram: descuido das próprias necessidades em prol de alguém ou pela sobrevivência do sistema familiar; repetição desse padrão em grupos extrafamiliar mesmo que não haja risco real de falência do sistema.

Ou seja, o sujeito se responsabiliza e se sacrifica objetivando o bem-estar familiar ou de seu grupo, sem levar em consideração a si próprio, visando somente estar no controle do todo. Portanto, conforme elucidado a codependência é amplamente abrangente no âmbito familiar, social, estrutural e em todos seus aspectos.

Possuindo inúmeros desdobramentos, por exemplo: rompimento de vínculos familiares, vulnerabilidade social e familiar, negligência, violências entre outros.

Reforça-se a possibilidade de intervenção da política pública de Assistência Social, nestes desdobramentos e âmbitos, e uma vez que os Centros de Referência da Assistência Social, tem como norte o enfrentamento e a prevenção da vulnerabilidade social, faz-se necessário a materialização e efetivação também frente a codependência.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR PARA A CATEGORIA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Este capítulo tem como objetivo demonstrar a relevância do conhecimento interdisciplinar, bem como o trabalho interdisciplinar para a categoria profissional em Serviço Social. Parte se da historicidade da profissão, elencando os norteadores da profissão, que são os Códigos de Ética da profissão. Elucida se acerca da interdisciplinaridade, suas características, sua correlação com a codependência, sua importância para os profissionais, para os espaços sócio-ocupacionais e para a equipe interdisciplinar. Vislumbra-se sobre os Centros de Referência da Assistência Social, bem como seus serviços prestados, público-alvo entre outros.

##### **4.1 BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E SEUS NORTEADORES**

Para que se possa apreender sobre a importância da interdisciplinaridade para a profissão de Serviço Social, parte-se da trajetória da Ditadura no Brasil e seus desdobramentos históricos até a atualidade. Frente a nova realidade, as mais diversas demandas emergentes e impostas pela Ditadura, a Assistência Social, necessitava se reformular para ter subsídios em sua atuação. Foi durante este período que o Serviço Social entrou em renovação, como nos remete PIANA (2009, p. 95):

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciado na década de 1960, representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina, não obstante, no Brasil as condições políticas em que ele ocorreu trouxe elementos muito diversos dos traçados em outros países.

Prosseguindo-se com a trajetória histórica da Assistência Social, foi durante estes anos iniciais do desenvolvimento da política social de Assistência Social no Brasil que surgem os primeiros Códigos de Ética do Serviço Social.

Segundo SILVA (2015, p. 2):

[...] Os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem.

Em 1947 fora formulado o primeiro Código de Ética do Serviço Social, um relativo ganho á categoria profissional e a política de Assistência Social. Relativo, pois, por meio deste Código de Ética as ações dos profissionais na época teriam um respaldo técnico e teórico, porém o mesmo ainda era norteado por um forte cunho religioso e doutrinatório. De acordo com ARALDI (2007, *apud* SILVA, 2015, p. 2):

O princípio da liberdade no Código de Ética de 1947 apresentava-se como um valor central, e, estava inspirado nos valores morais da caridade cristã. Baseada pela concepção neotomista, a liberdade do indivíduo se expressava a partir da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus. Nesse caso, os indivíduos deveriam ser educados para fazer escolhas de acordo com os valores cristãos

Relativo á época, os Códigos de Ética do Serviço Social de 1965 e 1975 merecem uma devida atenção. No Código de Ética de 1965 e 1975, “permanecem caudatários do tradicionalismo profissional”, como expõe Barroco (2008b, p.121 *apud* SILVA, 2015, p. 2). Referente ao Código de 1965, pode-se notar que desenvolvido durante a Ditadura Militar conservou muito do primeiro Código, portando em suas linhas principais as características caritativa, reguladora e pontual. Vemos em SILVA (2015, p. 2), que:

A realidade brasileira de ditadura militar só fortaleceu o conservadorismo e seus valores. O princípio da liberdade seguiu a mesma perspectiva que o primeiro código, permanecendo com os mesmos valores cristãos: manter a estrutura societária capitalista e a ordem, com princípios individualistas, correção dos desajustes sociais e negação das lutas de classe.

Como visto, o Código de 1965 não trouxe grandes ganhos á sociedade e aos profissionais de Serviço Social, uma vez que era norteado por princípios conservadores e reguladores. Seguindo esta linha, o Código de 1975, “O terceiro Código de Ética tem uma especificidade de mudança em relação ao código anterior”. (SILVA, 2015, p. 2). Que “é marcado pela reatualização do conservadorismo que, de acordo com Netto (1994), é a renovação e fortalecimento da doutrina social da Igreja na ação profissional dos assistentes sociais”. (NETTO, 1994, *apud* SILVA, 2015, p. 2). Onde, esta reatualização traz em seu sentido mais amplo o fortalecimento da

doutrina Cristã, que na época visava moldar o indivíduo, conforme os dogmas da Igreja, tornando os profissionais de Serviço Social submissos a estes ideais.

Por outro lado, no mesmo período, surgiam as dúvidas e anseios em relação ao norte que a profissão apresentava, fora neste momento, que os profissionais começaram a impor-se frente ao tradicionalismo e a visão que se tinha da profissão.

Logo, “no entanto, a década de 60 é marcada socialmente pelo questionamento do tradicionalismo de valores e costumes, ao qual Barroco (2008b) considera como época revolucionária, que potencializou a ruptura com a ideologia da moralização dos costumes”. (BARROCO, 2008b, *apud* SILVA, 2015, p. 2). O questionamento frente ao tradicionalismo, começara a dar um novo horizonte ao Serviço Social e a sociedade.

Onde o Serviço Social apoiado pela sociedade ganhara força para novas reivindicações e rompimento com as bases moralistas da Igreja, garantindo certa liberdade em sua atuação. Conforme vê-sê, “a liberdade nesse cenário surgiu como um projeto que influenciou os projetos políticos coletivos, no fortalecimento de direcionamentos revolucionários, como também no processo de construção de uma nova moralidade profissional”. (SILVA, 2015, p. 2). Considerando a criação dos Códigos de Ética do Serviço Social, pode notar claramente os avanços que a profissão obteve por meio destes.

Fora durante todo este período marcado por entraves, lutas de classes, mobilizações em massa, avanços e retrocessos, ora por parte da política, ora por parte da classe trabalhadora, que a política de Assistência Social emergiu e fundamentou-se, trazendo consigo o reconhecimento da categoria profissional de assistentes sociais enquanto profissão.

Quanto a política social de Assistência Social é “Somente em 1988 com a Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passa a ser compreendida como uma Política Pública [...]”. (SILVA, *et al.* 2019, p. 20). E é dentro dessas adversidades que o Serviço Social atua e tem seu foco de trabalho, almejando uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme SANTOS (2018, p. 9), “o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio e técnica do trabalho está repleto de contradições e faz parte da engrenagem que move o sistema capitalista e a reprodução do capital”. Diferentemente do passado, hoje, a/o assistente Social atual tanto na esfera pública quanto na privada.

**Segundo** PIANA (2009, p. 85) demonstra que “O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada”. Ao ser alocada na esfera pública e/ou privada, sofre grande pressão política por parte das classes dominantes e dos governos, “entretanto, por ser uma profissão interventiva, ocupa espaço estratégico de resistência e luta na garantia e efetivação de direitos”. (SANTOS, 2018, p. 9).

O profissional de Assistência Social jamais deve distanciar-se das lutas de classe e classe trabalhadora, pois “O Assistente Social trabalha diretamente no atendimento à classe trabalhadora e gerência as políticas sociais em uma sociabilidade burguesa”. (SANTOS, 2018, p. 9). O assistente social deve sempre ter seu planejamento e sua ação voltados á garantia de direitos, emancipação dos cidadãos e a efetivação da cidadania, como elucida PIANA (2009, p. 85):

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. (PIANA. 2009, p. 85).

Sendo a questão social e seus desdobramentos, o objeto de trabalho do assistente social, cabe ao mesmo, seu enfrentamento e prevenção, visando a garantia de direitos e a plena liberdade, efetivando-se por meios das políticas públicas.

Portanto, é suma importância compreender o desenvolvimento histórico da profissão, bem como os norteadores da mesma, a fim de apreender e efetivar os direitos neles garantidos a sociedade, possuindo como dever: uma atuação propositiva e de acordo com a emancipação do indivíduo.

## **4.2 A INTERDISCIPLINARIDADE**

A interdisciplinaridade é uma temática de exímia importância para o Serviço Social e deveria ser para todas as áreas do conhecimento, pois só vem agregar para teorias e ações mais eficazes e substanciais. A interdisciplinaridade vem a ser, a troca de conhecimentos dos envolvidos, onde cada **profissional** expõe seu conhecimento especializado, a fim de encontrar uma solução para determinado caso/situação, Como lembra Fazenda (1995) “a interdisciplinaridade se define como

um regime de co-propriedade, de interação, que viabilizará diálogo entre os atores envolvidos”. (FAZENDA, 1995, *apud* CARVALHO, 2012, p. 75). E essa interação e troca de conhecimentos é tão imprescindível para obtenção de melhores resultados, pois nenhuma área do conhecimento é detentora de todo saber, logo “A interdisciplinaridade parece indicar um amadurecimento entre as áreas acerca da incompletude que cada uma delas carrega invariavelmente”. (CARVALHO, 2012, p. 75). Para melhor apreensão sobre a temática, deve se compreender que:

Para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental para qualquer profissão ater-se para o fato de que não se encontra isolada de outras profissões, além disso, ter a plena consciência de que para bem interagir com as mesmas, é sempre necessário saber definir e ser competente em seu campo. (CARVALHO, 2012, p. 75).

Demonstra-se estritamente necessário entender que as áreas do conhecimento se complementam e se completam, quando têm-se um norte em comum. O trabalho em conjunto demonstra melhorias e o enriquecimento para os envolvidos, sendo que “este é um elemento fundamental para que haja, de fato, troca entre os saberes – o que define a equipe interdisciplinar”. (CARVALHO, 2012, p. 75). Onde, equipe interdisciplinar é formada por diferentes atores de diferentes áreas do conhecimento trabalhando conjuntamente.

A interdisciplinaridade visa o conhecimento especializado de cada área do conhecimento, numa troca de saberes, a fim de solucionar uma demanda apresentada. Onde, “diferentes disciplinas em interação em um espaço de trabalho podem trocar experiências através de um encontro e tecer diálogos que possam proporcionar diferentes formas de enxergar e abordar uma realidade de trabalho”. (JORGE; PONTES, 2017, p. 176). E é esta possibilidade de uma nova visão sobre determinada demanda e/ou realidade que torna a interdisciplinaridade tão fundamental para as profissões e suas respectivas intervenções.

Comumente, vê-se a interdisciplinaridade ocorrer quando há a necessidade de novos conhecimentos acerca de uma possível intervenção, que foge da área do conhecimento de determinado profissional. Portanto, “para que exista interdisciplinaridade a existência de equipes de trabalho é pré-condição, pois estas são constituídas “por profissionais com qualificações diversas, que interagem de forma a estabelecerem uma troca intensa, pautada em objetivos comuns, com interdependência, coesão e cooperação”. (ELY, 2003, p.114, *apud* SILVA, 2015, p.

3). É a interação entre diferentes profissionais de diferentes áreas que tornam a interdisciplinaridade possível.

#### **4.3 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

O trabalho interdisciplinar nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, ocorre comumente entre assistentes sociais e psicólogos. Onde,

Considerando, assim, que o conhecimento dessas profissões está ligado a uma ação sobre a realidade, este trabalho propõe discutir as diferentes ações que podem surgir em um espaço físico, social e institucional com sujeitos diferenciados agindo sobre determinada realidade. (JORGE; PONTES, 2017, p. 176).

Sendo necessário o trabalho interdisciplinar para viabilizar novas intervenções acerca da demanda imposta. Cabe ressaltar, que o trabalho interdisciplinar deve respeitar as especificações e limitações de cada área do saber, bem como de cada ator envolvido.

Portanto, “em tal relação deve predominar o diálogo e o respeito, pois cada profissional dentro do seu saber teórico-metodológico tem muito a contribuir com a totalidade da intervenção”. (SILVA, 2015, p. 3). Ao reconhecer a interdisciplinaridade o profissional da assistência social, amplia seu olhar sobre determinada realidade, podendo aprofundar-se na interpretação da mesma, sob a ótica de outros conhecimentos, enriquecendo sua intervenção.

Conforme, JORGE & PONTES (2017, p. 176),

consideramos, então, a Interdisciplinaridade como um conceito de análise porque trata de como o assistente social utiliza ou incorpora esse conhecimento à sua prática profissional, e como acontece a relação e encontro com outros sujeitos profissionais.

Em relação ao trabalho interdisciplinar, é imprescindível elucidar que “é preciso que cada profissional desta equipe interdisciplinar busque a superação da fragmentação de si mesmo, da realidade que intervém e especialmente do sujeito alvo desta intervenção, bem como ter clareza do seu objeto de intervenção [...]”. (FAZENDA, 2002, *apud* SILVA, 2015, p. 4). Ou seja, o empenho dos integrantes e a especialização em sua área, devem ser norteadores no trabalho interdisciplinar, evitando desta maneira a fragmentação do conhecimento, que pode ocasionar em percas para a resolução da demanda.

Ao compreender a importância do trabalho interdisciplinar, parte-se para sua efetivação dentro do espaço sócio-ocupacional, neste caso os Centros de Referência da Assistência Social. É por meio da relação dos profissionais dentro desse espaço é possível a execução da interdisciplinaridade, visando o enfrentamento dos desdobramentos da questão social, conforme JORGE & PONTES (2017, p. 180), elucida:

Assim, aproximação e interação entre profissões ou disciplinas científicas visam alcançar e atender as demandas de necessidades humanas geradas pelas expressões da questão social, fundadas nas desigualdades e divisão de classes sociais em disputa no modo de produção capitalista.

Ressalta-se que dentro as expressões da questão social, encontra-se a codependência, objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Já sendo possível avistar, experiências implantadas em alguns Centros de Referência da Assistência Social, conforme visto em, ROSENBROCK (2017, *online*):

A Prefeitura de Blumenau, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (Semudes), realizará nesta quinta-feira, dia 26, às 14h, a roda de conversa “Como lidar com a codependência química na família?”. O evento acontecerá no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) região VI, do bairro Itoupava Central. O encontro contará com a presença do diretor de Políticas Públicas Sobre Drogas e Reintegração Social da Semudes, Marciano Tribess, que irá propor um debate sobre a dependência química por algum familiar. Com o objetivo de fomentar estratégias para o enfrentamento desta situação, a roda de conversa será destinada para as famílias em acompanhamento na unidade, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif).

Falar da codependência nos CRAS como objeto de estudos do Serviço Social, como intervenção, colocando-a como expressão da questão social, já é uma realidade vivenciada no Brasil. Ao aprofundar-se neste contexto das expressões e desdobramentos da questão social, nota-se a importância que os Centros de Referência da Assistência Social possuem em relação aos mesmos, uma vez que estes equipamentos buscam o seu enfrentamento e a prevenção. Sobre o trabalho desenvolvido e as demandas nos CRAS, temos:

Portanto, ao atender demandas sociais de um espaço de trabalho, os profissionais atendem necessidades de indivíduos, famílias e comunidades, esse atendimento tem a finalidade de satisfazer uma necessidade humana, em se tratando do espaço de trabalho de uma Política Pública de Assistência Social. (JORGE; PONTES, 2017, p. 180)

Logo, entende-se como uma necessidade humana a codependência, uma vez que a mesma gera inúmeros transtornos e fragilidades na vida do indivíduo/usuário,

apresentando-se ainda, como uma demanda crescente aos profissionais no CRAS. Demonstrando a importância do conhecimento interdisciplinar e da capacitação, frente a nova temática, tanto para os profissionais da Assistência Social quanto da Saúde, e não menos importante, a sociedade.

Com foco no CRAS, entende-se que o CRAS tem ênfase em sua atuação frente ao seu território e a sociedade inserida no mesmo, logo, “o Centro de Referência da Assistência Social é responsável pela oferta de serviços de proteção social básica e pela coordenação desta oferta dentro do seu território de abrangência”. (SILVA, 2015, p. 5). Compreende-se que os serviços e as intervenções desenvolvidas por este equipamento, são voltados a população de sua cobertura, ou seja, bairros ao redor do equipamento.

Acerca dos serviços disponíveis nos CRAS, “nesta unidade pública é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) [...]”. (SILVA, 2015, p. 5). O PAIF pode ser entendido de maneira sucinta, como a oferta de ações socioassistenciais, de forma progressiva e continuada, onde o trabalho social é voltado a famílias em situações de vulnerabilidade social, a fim do fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção dos seus rompimentos. Não sendo o único serviço disponível neste equipamento, logo:

A este serviço somam-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, que devem ser organizados em articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e a ele ser referenciado. (SILVA, 2015, p. 5).

O SCFV de maneira resumida, é a oferta de atividades lúdicas destinada às famílias assistidas pelos CRAS, com o objetivo de promover a convivência e a ressignificação de situações de conflitos vivenciadas pelas mesmas. Ainda no campo do CRAS, um grande marco para a interdisciplinaridade, que contribuiu diretamente para melhores atuações neste equipamento, visando seus serviços prestados a população, segundo SILVA (2015, p. 6), fora:

A resolução nº17 de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social acrescenta novas categorias profissionais de nível superior às equipes de referência, considerando as especificidades e particularidades locais e regionais, do território e dos usuários, com o propósito de aprimoramento e qualificação dos serviços socioassistenciais.

Ao reconhecer e conceber novos profissionais aos CRAS, esta Resolução veio somente a contribuir com o mesmo e com a população, gerando enormes

ganhos a todos. Pois, “com isto as equipes de referência ficam mais enriquecidas, pois novos saberes e olhares são incorporados permitindo análises ampliadas “com base nas demandas postas cotidianamente pela realidade”. (CFESS, 2013, p.10, *apud* SILVA, 2015, p. 6). Para que efetive-se a interdisciplinaridade e um trabalho interdisciplinar de qualidade é necessário o reconhecimento dos limites de cada profissional e claramente o domínio acerca do conhecimento específico, logo:

Desta forma, para que esta operacionalização se concretize de fato, é necessário um movimento de cooperação, diálogo e respeito contínuo que contribua para a definição de competências e responsabilidades de cada membro da equipe, no sentido de identificação de papéis e atribuições, “de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas. (CFESS, 2013, p. 28, *apud* SILVA, 2015, p. 6).

É de suma importância o reconhecimento dos limites de atuação de cada profissional, neste sentido, o/a profissional de Serviço Social deve atentar-se para a Lei de Regulamentação da Profissão. Dentro do contexto sobre atribuições e competências, temos a regulamentação da profissão advinda da Lei nº 8662/93, que em seu Art. 4º dispõe:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993)

Atribuindo diretamente quais são as competências do/a profissional em Serviço Social, sendo um norteador para toda a profissão. Prosseguindo nesta Lei, temos o Art. 5º, que dispõe sobre as atribuições:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; (BRASIL, 1993)

As atribuições descritas acima, denotam seu caráter privativo da profissão de Serviço Social, não sendo possível tais atribuições serem desenvolvidas por outros profissionais de outras áreas do conhecimento, ou seja, este Artigo deixa evidente que tais atribuições só podem e devem ser executadas por profissionais formados em Serviço Social.

Compreender os limites da atuação profissional, torna ainda mais produtivo o trabalho interdisciplinar, pois ao compreender a limitação da atuação abre-se espaço para o diálogo com outros profissionais de outras áreas, demonstrando a necessidade de outros saberes para determinada situação/demanda.

Portanto, é de grande relevância para o Serviço Social e para os/as profissionais, que apreendam acerca da interdisciplinaridade, seus conceitos, a forma que ocorre e como atuar em equipe interdisciplinar. Encerra se este capítulo, ressaltando a importância do CRAS e seu trabalho no enfrentamento e prevenção das mazelas causadas pela questão social, por tratar-se de um equipamento tão próximo a sociedade e sua população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este Trabalho de Conclusão de Curso com foco na contextualização da história da Política Pública de Assistência Social no Brasil. Com o discorrer dos capítulos tentou se ressaltar a importância do reconhecimento da trajetória do Serviço Social frente as adversidades vividas no Brasil e seu rompimento com o conservadorismo. Elucidou-se acerca do maior marco histórico para a profissão e para a sociedade que fora a Constituição Federal de 1988, bem como a real importância dos Códigos de Ética da profissional e como foram evoluindo com o passar dos anos.

Entende se que a temática escolhida para este Trabalho de Conclusão de Curso é de extrema complexidade, e por tratar-se de uma nova temática frente ao Serviço social, a pesquisa teve que aprofundar-se em autores especialistas no assunto, a fim de gerar subsídios válidos para o mesmo.

Um dos maiores desafios para seu desenvolvimento foi a pouca literatura acerca da codependência e poucos autores/as brasileiros/as. O que vai de encontro diretamente ao um dos objetivos deste trabalho, que é instigar novos estudos e pesquisas acerca do tema codependência, a fim de criar subsídios teóricos para uma prática mais efetiva e propositiva.

Mas tentou-se desenvolver o melhor possível, correlacionando a codependência com a política pública de Assistência Social, uma vez que entende se a codependência como sendo um desdobramento da questão social, enfatizando ainda, a emergente demanda que se apresenta nos Centros de Referência da Assistência Social do Brasil. Tratou-se da temática da codependência, procurando aprofundar-se no tema, trazendo conceitos acerca da terminologia, discussões, características, abrangência, bem como da mesma como dos indivíduos codependentes.

Finalizando com a temática da interdisciplinaridade tentando-se exprimir a sua relevância para a profissão e para os Centros de Referência da Assistência Social. Conceituando interdisciplinaridade, trabalho e equipe interdisciplinar, bem como relacionando-a aos Centros de Referência da Assistência social e seus serviços prestados.

Buscou-se expressar como se dá o trabalho interdisciplinar frente a demanda da codependência, respeitando os limites de atuação de cada ator envolvido. Logo,

demonstrando a importância do conhecimento interdisciplinar para a categoria profissional em Serviço Social, bem como elucidando a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº8662/93, que apresenta as competências e atribuições privativas do Serviço Social.

Portanto, acredita-se que fora alcançado o objetivo geral deste trabalho, sendo: analisar como o aprimoramento do conhecimento interdisciplinar pode contribuir para a atuação do/a assistente social frente a codependência nos Centros de Referência da Assistência Social.

Uma vez que parte se dos marcos históricos da profissão, perpassa por sua evolução e retrocessos, seus códigos de ética, chegando a Constituição Federal de 1988, cria-se uma visão crítica frente as demandas apresentadas no cotidiano profissional. Correlacionar os fundamentos e embasamentos teóricos do Serviço Social com a codependência, demonstra o como a profissão pode (e deve) ser propositiva e buscar novos conhecimentos a fim de efetivar uma atuação comprometida com seu Código de Ética da Profissão e Projeto Ético-Político.

## REFERÊNCIAS

BARROCO. Maria Lucia Silva; TERRA. Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social – Comentado**. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BATTINI. Odária. **Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos**. SERV. SOC. REV., Londrina, V. 19, N.1, p. 155-170, jul/dez. 2016

BEATTIE, Melody. **Codependência nunca mais**; traduzido por Marília Braga – 28ª ed. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2021.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB-SUAS**. Brasília. Dez. 2012. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)> Acesso em: 12 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **O Serviço Social e a interdisciplinaridade.** Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. **A Assistência Social no Brasil: da benemerência ao direito.** Socializando · ISSN 2358-5161 · ano 3 · nº1 · Jul · p. 105-113 · 2016

JARDIM, Rodrigo Guimarães. **Antecedentes históricos da seguridade social no mundo e no Brasil.** Dez. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26145/antecedentes-historicos-da-seguridade-social-no-mundo-e-no-brasil>> Acesso em: 8 abr. 2022.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 1, p. 175 - 187, jan./jul. 2017.

LANCER, Darlene. **Codependência para leigos**; traduzido por Maíra Meyer – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

MEDEIROS, Juliana. **A História da Assistência Social no Brasil.** Mai. 2020. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/historia-da-assistencia-social/>> Acesso em: 09 de abr. 2022.

MEDEIROS, J.M de; SVIERCOSKI, V. **O Sabor do saber científico: TCC no Serviço Social.** Curitiba: Intersaberes, 2020.

MELO, E. S. P. **Codependência: dez atitudes básicas.** Maceió: Ed. do autor, 2012.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

ROSENBROCK, Filipe. **Cras das Itoupavas realiza oficina sobre família e dependência química.** Out. 2017. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-social/semudes/cras-da-itoupava-central-realiza-oficina-sobre-drogas99>> Acesso em: 07 de jun. 2022.

SANTOS, Aila Fernanda dos. **Emancipação política e humana e o serviço social: avanços, limites, contradições e desafios para a profissão.** XVI ENPESS – Vitória - ES. 2018.

SILVA. Cristiane Aparecida de Souza, *et al.* **A construção da política de assistência social brasileira: uma reflexão necessária.** Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 06-Nº 2/Jul-Dez 2019

SILVA, Jackeline Araujo. **O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis – SC. Out. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181339>> Acesso em: 20 de maio de 2022.

SILVA, Lucélia de Oliveira. **O trabalho interdisciplinar nos centros de referência da assistência social (cras): uma análise preliminar.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas – São Luís/Maranhão, 2015.

OLIVEIRA. Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES. Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão.** Serv. Soc. Soc. (128). Jan-Apr 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>> Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal**, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1556](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1556)>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ZAMPIERI, Maria Aparecida Junqueira. **Codependência – o transtorno e a intervenção em rede.** São Paulo: Ágora, 2004.